

Uma proposta como conclusão: entre epistemologia e tradição afrodescendente

Ana Katia Alves dos Santos

SciELO Books / SciELO Livros / SciELO Libros

SANTOS, AKA. *Infância e afrodescendente: epistemologia crítica no ensino fundamental* [online]. Salvador : Editora EDUFBA, 2006. 165 p. ISBN 85-232-0385-0. Available from SciELO Books <<http://books.scielo.org>>.



All the contents of this chapter, except where otherwise noted, is licensed under a Creative Commons Attribution-Non Commercial-ShareAlike 3.0 Unported.

Todo o conteúdo deste capítulo, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença Creative Commons Atribuição - Uso Não Comercial - Partilha nos Mesmos Termos 3.0 Não adaptada.

Todo el contenido de este capítulo, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia Creative Commons Reconocimiento-NoComercial-CompartirIgual 3.0 Unported.

UMA PROPOSTA COMO CONCLUSÃO:

ENTRE EPISTEMOLOGIA E TRADIÇÃO

AFRODESCENDENTE

O final deste texto não é uma conclusão definitiva e inalterável, visto que se apresenta muito mais como um horizonte que se abre para uma “virada epistemológica” no contexto da Educação do Estado da Bahia e do Brasil. Mas este horizonte é impregnado de sentidos e significados e carrega a esperança, mais que a certeza, de ver as transformações se efetivando no Ensino Fundamental. Este horizonte se abre em algumas direções como consequência das reflexões desenvolvidas nesta obra.

A primeira direção é delineada pela constatação de que a Ciência da Educação, no contexto baiano, amparada pela epistemologia produzida pelo educador, não contempla a produção do conhecimento da infância afrodescendente. As concepções do próprio conceito de infância, desde a visão antiga-ocidental até o processo moderno-colonialista brasileiro, evidenciam os segmentos da infância valorizados ou excluídos pelo discurso político/ideológico de cada época. Este discurso afeta diretamente a compreensão atual acerca dos grupos infantis considerados “melhores” e portadores de “nobreza e direitos”. Historicamente, a cultura branca brasileira, marcada pelo etnocentrismo, sempre esteve em posição de vantagem social, política e econômica em detrimento dos grupos negros-afrodescendentes, mestiços e indígenas. A exclusão social e cultural

desses grupos se dá também na escola, já que esta não vive numa “redoma” e é diretamente afetada pelo discurso ideológico, discriminatório e excludente que funda a sociedade brasileira em relação à cultura desses grupos infantis.

A partir dessa constatação, fez-se necessário trilhar um caminho discursivo, no qual a “descrição densa” de fatos históricos possibilitou uma conceituação da infância afrodescendente e colaborou para uma valorização efetiva dessa cultura, na tentativa de garantir-lhe os direitos outorgados em alguns artigos do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).

O que é isto – A infância de origem afrodescendente? Este debate aparece no primeiro capítulo e apresenta elementos que definem e caracterizam esse grupo infantil. As relações entre território (Continente Africano e Bahia) e cultura de grupos que se entrelaçam e se reelaboram. Dessas novas relações se constrói a identidade plural e complexa do afrodescendente na Bahia, por ser fruto da pluralidade cultural e territorial desde a África. De forma criativa, a matriz negra africana se mantém e se *reelabora* significativamente no novo espaço (Bahia), principalmente nos espaços sócio-religiosos, conhecidos como terreiros de Candomblé.

A infância de origem afrodescendente, assim como seus “parentes”, realiza uma fundamental tarefa – a *reconciliação* –, que busca possibilitar a permanência de vínculos com a experiência desde a África. Trata-se da reconciliação com os parentes deixados em África ou separados pelo tráfico negreiro, através dos novos laços de solidariedade e convívio e não mais pelos laços de sangue que os unia anteriormente, bem como reconciliação com os seus ancestrais (nos terreiros, representados pelos Orixás) e seu território. Os afrodescendentes, na Bahia, reconstroem as relações de parentesco, de ancestralidade e de espaço, visto que, no *novo mundo*, passam a considerar as novas formas de convívio social, político e cultural em que se encontram. A reconciliação une corpo e território enquanto

cultura, mediados pela memória (canto, língua, dança, culto aos orixás).

Participa ainda da conceituação desse grupo infantil, princípios presentes na figura dos Orixás. Estes, compreendidos como “modelos de identidade” ancestrais, auxiliam a vida cotidiana das pessoas, através de suas posturas e ensinamentos. Alguns são destacados, juntamente com o princípio da *Reconciliação*, principalmente porque apresentam os princípios considerados fundamentais para um re-significar da epistemologia do educador na escola de ensino fundamental. A Integração e os Novos Padrões de Convivência (Iansã ou Oyá); o Compartilhar (Oxum); o princípio da Criação e da Co-Responsabilidade (Nana e Oxalá); a Multiplicidade, a Diversidade da vida, o Rigor com simplicidade e delicadeza (Oxumaré e Nana); a Força, A Inteligência, a Justiça e o Rigor (Xangô e Oxossi); o Acolhimento (Ibeji); e o Respeito à natureza (Ossanyin). Estes são princípios universais vividos e trabalhados cotidianamente nos espaços religiosos de tradição africana e, por isso mesmo, abertos à incorporação na prática de qualquer sujeito, independentemente de ser ou não membro dos terreiros de Candomblé. Os orixás¹⁷, com suas posturas, nos ensinam a ser melhores seres humanos.

A segunda direção aponta a Epistemologia do Educador na contemporaneidade, considerando a realidade do ensino fundamental baiano. Mais uma vez, a “Descrição Densa” amplia a compreensão sobre a atual organização da Epistemologia do Educador e o seu principal fundamento. Constatamos que o projeto epistemológico da modernidade supervaloriza o *cogito*, instituindo a separação sujeito/objeto, fundamento do que se chama de ciência positiva e funcionalista. Ainda é esse fundamento que ampara a epistemologia da maioria dos educadores do ensino fundamental no contexto baiano.

Nas falas das crianças, dos educadores e dos pais, percebemos que é preciso, de fato, que se efetive no cotidiano escolar uma

Epistemologia Crítica, re-significada em seus fundamentos, que transcenda os limites desse projeto epistemológico moderno, produtor também da razão instrumental. No entanto, algumas *barreiras* foram identificadas.

A primeira diz respeito à separação sujeito/objeto, como fundamento da Ciência da Educação. A epistemologia do educador, no contexto baiano, não contempla a experiência da criança afrodescendente porque o seu fundamento de base é o cartesianismo. Essa forma de pensar os sujeitos, separado-os de sua experiência vital, acaba gerando o fortalecimento do silenciamento, do preconceito e da negação a que estas crianças estão submetidas. Nesse sentido, elas são apenas produtoras de *habitus*, visto que lhes cabe apenas produzir representações e idéias abstratas. O acesso à sua experiência é negado. Colabora para esta situação, o olhar distraído dos educadores sobre a realidade.

A segunda *barreira* abre espaço para uma reflexão que merece consideração especial. Trata-se da *interpretação* realizada pela maioria dos educadores sobre epistemologia genética. Essa interpretação impulsiona o olhar linear sobre os sujeitos. Afinal, o peso atribuído à cognição e ao fator biológico desloca para um segundo plano a discussão cultural, étnica, neste caso específico. O biológico é mais importante que o cultural, o social, o político. As “habilidades” cognitivas são, assim, o foco de atenção; ensinar português e matemática, ler, contar e raciocinar é a fundamental preocupação de fundo da Ciência do Educador. Dessa forma, questões que dizem respeito à subjetividade dos sujeitos ficam apagadas no contexto escolar. Com esse discurso, no entanto, não queremos afirmar que desenvolver habilidades cognitivas não é tarefa importante. O desenvolvimento do equilíbrio entre razão e corpo, ser humano e mundo, sujeito e experiência, sem dúvida, deve estar presente na epistemologia do educador.

A terceira *barreira* revela a intolerância religiosa advinda de preconceito contra as crianças afrodescendentes na escola. Ora, essa bar-

reira, que não está presente apenas na escola, mas também na realidade brasileira, possibilitou-nos perceber que esta sociedade parece se fundar em antigas práticas medievais, “acusações e cremação verbal” da diferença religiosa, principalmente relativa à religiosidade de tradição africana. Os praticantes do Candomblé são “perseguidos” e discriminados, segundo fala dos próprios sujeitos que vivem essa realidade (tanto crianças como pais). Mais uma vez, o etnocentrismo aparece, agora revelado em relação às práticas religiosas. Também se vê que o ECA, em seu artigo 16, é completamente descumprido, quando afirma que deve ser garantido o “[...] direito de liberdade da criança e do adolescente, nos aspectos de opinião e expressão, crença e culto religioso, participar da vida familiar e comunitária, sem discriminação.” (DARLAN, 1998, p.21). Essa intolerância, aliada à discriminação e ao preconceito, dificulta a constituição de uma epistemologia crítica e incita a permanente discussão.

A quarta *barreira* constatada está relacionada a atual configuração da escola. Esta é perversa, por ter sido fundada a partir de um discurso científico que a afetou e produziu historicamente. A Escola e a Pedagogia que conhecemos precisam ser re-significadas e edificadas em bases que reconheçam a presença e a solidariedade e superem o pensamento etnocêntrico presente desde as suas raízes. Também o método, a didática, possibilitados pelas condições de formação dos educadores, dificulta o trabalho solidário que inclua a diferença.

Nas falas de alguns educadores, fica clara a preocupação com o método e a dificuldade de trabalhar com a diferença e a diversidade. Este fato é preocupante porque atesta a forma como o educador do Estado da Bahia vem sendo formado (desde os cursos de formação no magistério, graduação nos cursos de Pedagogia até os momentos de formação continuada). Durante esse processo, não aprofundam o conhecimento sobre Ciência da Educação, principalmente na consideração do próprio contexto cultural (na Bahia, a maioria é negra-afrodescendente).

Se a epistemologia valorizada pelos educadores do ensino fundamental e, conseqüentemente, pela escola baiana, não contempla a produção de conhecimento da criança afrodescendente, importante seria re-significá-la. Deste modo, esta obra sugere a abertura de um horizonte para uma “virada epistemológica” no ensino fundamental do Estado da Bahia. A proposta se organiza tomando como fundamento inicial a *Reconciliação*, articulada com princípios valorizados nos espaços de tradição religiosa africana, a fim de propor reflexão radical sobre o principal fundamento do projeto epistemológico moderno, que influenciou diretamente a Ciência da Educação.

Essa “virada epistemológica”, no entanto, não garante uma mudança radical na prática e na estrutura escolar – afinal depende também de vontade política, da reestruturação de paradigmas sociais – mas possibilita reflexão profunda para aqueles que vivem cotidianamente a educação. Essa abertura de horizonte, embora não suficiente, é necessária para uma educação que assuma como base a diferença e a diversidade em seus amplos e múltiplos aspectos.